

Pensamento complexo educação e direitos humanos

Eder Alonso Castro¹

Resumo: Apresentaremos, aqui, um breve estudo da teoria antropológica desenvolvida por Edgar Morin estabelecendo relações entre complexidade, educação, ética e direitos humanos. Nosso intuito é apresentar um caminho para o ensino de ética na educação básica que vise a formação integral do educando na perspectiva dos direitos humanos. De acordo com o autor complexo é aquilo que não pode ser reduzido a uma ideia simples ou uma lei, assim há um conjunto entre o uno e o múltiplo que não pode negado. É neste sentido que Morim entende a formação humana. Tudo está relacionado com tudo, portanto não há como educar sem formar eticamente. A aprendizagem é um processo constante na vida do ser humano e por isso não pode ser resumida à vida escolar, o mesmo ocorre com a formação ética na qual estão implicadas todas as ações daqueles que se proclamam educadores. Aqui entram os direitos humanos não enquanto legislação, mas como proposta de vida para que a formação ética se transforme em auto-ética que, compreendida na complexidade de suas implicações, se transforma em antro-po-ética.

Palavras Chave: Complexidade; Educação; Ética; Direitos Humanos; Auto-ética.

Abstract: *We present here a brief study of anthropological theory developed by Edgar Morin establishing relations between complexity, education, ethics and human rights. Our aim is to show a way to the teaching of ethics at the basic education which leads to learners holistic education under the Human Rights perspectives. According to the author, complex is something which can not be reduced into a simple idea nor into law, so there is a set between the idea of the only one and the multiple that can not be denied. This is how Morim understands human development. Everything is related to everything, there is no way to educate without an ethical formation. Learning is a constant process in the life of human beings and that is the reason why it can not be simply summarized into school life, the same happens to the ethical formation in which implies all the actions of those whose call themselves educators. Here the Human Rights is assumed not only as legislation, but also as a purpose of life so that ethical formation becomes self-ethics that when understood in its complexity implications, turns out to be antro-po-ethics.*

Keywords: Complexity; Education; Ethics; Human Rights; Self-ethics.

Introdução

Nos últimos séculos, a rapidez com que as coisas estão se transformando têm assustado as pessoas. Cada vez mais, se faz necessário uma certa agilidade na forma de pensar para que possamos acompanhar tais mudanças. Tal agilidade requer, também, a capacidade de compreender relações complexas que não nos foram ensinadas no modelo educacional mecanicista. A educação que tivemos priorizou uma lógica cientificista que não nos permite, na maioria das vezes, perceber relações subjacentes em coisas que, aparentemente, são

¹ É graduado em Pedagogia, Filosofia e Artes, Mestre e Doutor em educação. Professor do curso de Pedagogia da Faculdade Projeção e Assessor da Educação Superior do Grupo Projeção.

totalmente distintas. É nesta perspectiva que Edgar Morin propõe uma nova maneira de olhar o universo.

Morin tem apresentado ideias que perpassam por várias áreas do conhecimento e principalmente pela educação. Ao analisar a evolução da humanidade, faz uma releitura do conceito de cultura encarando-o como uma construção de saberes acumulados nos cento e trinta mil anos de presença do ser humano no planeta. A partir de Morin, a cultura passa a ser compreendida como a práxis cognitiva planetária gerada por todos os seres humanos. Nessa práxis, estão os saberes produzidos pela humanidade desde os primórdios até a atualidade. Assim, o autor vê a sociedade como uma complexidade de sujeitos humanos que, cada vez mais, buscam uma forma singular de ser.

Por meio de um breve estudo das ideias de Morin, apontaremos a concepção de ética e caminho apontado por ele para se alcançar a auto-ética, postura esta que viabiliza a vivência no mundo da complexidade e a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade democrática.

Embora exista uma forte tendência, por parte dos educadores, a fim de desenvolver nos educandos a racionalidade, temos consciência de que, nem tudo que enfrentamos em nosso cotidiano, pode ser compreendido por ela. O que nos deixa mais perplexos é que, a cada dia, o homem domina uma nova faceta da tecnologia e, mesmo assim, não consegue explicar questões que permanecem sem resposta para a humanidade desde as primeiras civilizações. Poderíamos afirmar que, existe no homem uma sede por explicar, ou seja, racionalizar tudo que está à sua volta, mas será isso possível?

Em nosso século coloca-se, também, os limites da racionalidade, a saber, da aplicação do raciocínio lógico, de um sistema de ideias coerentes ao real. E nós nos damos conta de que na esfera da realidade existe uma parcela de irracionalidade, e que é irracional querer banir, toda irracionalidade da realidade. (MORIN. 2003. p. 106)

Compreendemos que, Morin, ao clamar pela irracionalidade nos coloca a necessidade de abandonar a unilateralidade do pensamento e encarar a realidade como algo muito mais complexo do que o que a ciência moderna tentou nos convencer que fosse. Hoje, coloca-se a necessidade do princípio da incerteza. O objetivo da árvore do conhecimento é implodir a certeza. Como há muito tempo já vem afirmando Maturana e Varela (apud MORIN 2003), é preciso lutar contra a arrogância da ciência, contra a diminuição da distância intelectual entre nós e os animais.

Ao pensar a ciência como conhecimento, a encaramos como forma de organização das informações captadas na realidade em que estamos situados, por isso precisamos concebê-las dentro de um contexto significativo. A escola, como responsável em oferecer os conhecimentos científicos aos educandos, exerce um importante papel na comunicação humana. Cabe aos educadores ter consciência de sua função dentro do processo educacional, para que possam sair da condição de reprodutores de informações organizadas e se tornarem promotores de conhecimento num processo de ensino e aprendizagem.

Os modelos tradicionais de transmissão do conhecimento, hoje, não encontram mais eco nas crianças. Surge então, a necessidade de um novo paradigma na educação. Tal paradigma deve partir da reflexão do conceito de cultura que, se pensado de acordo com Morin, reelabora vários outros conceitos, apresentando, assim, outra concepção de humanidade.

As ideias de Edgar Morin contribuem para reforçar a crise provocada na antropologia nos últimos séculos. Sua noção de cultura passa a ser caracterizada como saberes culturais. Estes saberes resumem o acervo planetário de utopias, conhecimento, desencantamentos em torno de todo tempo de sobrevivência da humanidade. Somos produtos dessa longa evolução, somos um acaso da evolução. Assim, a cultura é a práxis cognitiva planetária, gerada pelos seres humanos para orientar o ecossistema. Nessa concepção, a distinção entre animalidade e humanidade tornou-se um grande problema. Questiona-se a arrogância do pensamento científico que é cercado de certezas, leis, determinismos, causalidades, totalidades, concentrando-se no entendimento da particularidade.

Deixar as falsas certezas colocadas pelo paradigma da modernidade para nos arriscarmos nas fronteiras do improvável é um grande desafio que se coloca aos educadores. Desafio necessário, uma vez que, pesquisas recentes vêm demonstrando que a fronteira do conhecimento e de cultura já foi diminuída a ponto de alguns teóricos afirmarem, que os animais são produtores de cultura, e com isso o homem perde sua exclusividade em relação à sua produção. Somos semelhantes e diferentes, dependentes e independentes, localizados num continente complexo. Essas ideias abalaram e continuam abalando as pessoas que se asseguram no paradigma dominante do cientificismo.

Para compreender a complexidade, teoria que defende a quebra do paradigma dominante, se faz necessário a concepção de um pensamento sistêmico. Essa é a ideia que deve permear a educação na perspectiva da complexidade:

um sistema não é somente constituído de partes. Ele tem qualidades, propriedades ditas emergentes, que não existem nas partes isoladas: em outras palavras, o todo é mais do que a soma das partes. Porém, algumas qualidades ou propriedades das partes são, com frequência, também inibidas pelo todo: portanto, vale também menos que a soma das partes. (MORIN. 2003. p.150)

O conceito acima é absurdo para a concepção cientificista que trata a correspondência entre parte e todo de uma forma mais direta, não levando em consideração a totalidade das partes e a singularidade do todo. Dessa forma, um educador que se pauta no paradigma dominante não conseguirá analisar a sociedade em suas relações de complexidade. Só o pensamento sistêmico será capaz de perceber tais implicações, assim, a mudança de paradigma implica não somente a mudança na forma de pensar, como também, de ver e agir sobre a realidade.

A fragmentação disciplinar é uma coisa ruim, pois disciplinariza, separa, divide. Ela está empenhada em transmitir conteúdos e se esquece de reformular e religar os saberes. Uma cabeça feita é aquela que congrega o sociólogo, o filósofo, o químico e o físico; a cabeça bem feita é a que sistematiza e congrega os conhecimentos, concentrando esforços em

saberes universalistas. O papel da escola deveria ser o de formar pensadores indisciplinados, capazes de criar uma nova forma de pensar.

A educação que se pauta por uma sustentabilidade ecológica e codependência entre os indivíduos na busca de conservação da memória cultural da humanidade está de acordo com a teoria da complexidade, pois busca a conservação do humano no cuidado com o planeta. “No limite, poder-se-ia dizer que uma sociedade extremamente complexa seria o local de uma tal liberdade, que o vínculo social se dissolveria. Uma sociedade complexa pode desintegrar-se se não há alguma coisa que a mantenha...” (id. *ibid.* p. 36). Por isso, a educação aqui proposta se pauta na solidariedade, trata-se de um conceito de pátria que extrapola os limites territoriais e ganha uma dimensão de respeito e obediência a um todo mais complexo. É ter a terra como Pátria.

Necessidade de Mudança

Os seres humanos tentam se conservar, mas, por menos que desejem, desembocam na mudança. São várias as formas de conservação que detectamos na história da humanidade, vão desde a conservação da juventude, passando pela conservação dos valores sociais e chegando ao desejo de conservar os restos mortais de alguns indivíduos. São resistências que acabam por se perder no inevitável.

Na educação, esses desejos de conservação não são muito diferentes, mas as mudanças estão sempre presentes e se fazem, cada vez mais, necessárias. Os efeitos da mudança na educação determinista ou linear, nos remetem à mudança de tempo não determinado, feito de rupturas qualitativas e à criações imprevisíveis:

Nosso esforço pode se justificar apenas como esforço de reestruturação teórica, mas ele implica a desestruturação prévia, isto é, no descongelamento da inteligência, a desescolástica. O essencial é, atualmente, desacademizar, mas não se trata somente de uma tarefa temporária, preliminar, de desobstrução. Trata-se de preservar, permanentemente, a exigência crítica.(...) O espírito crítico é uma força positiva. O que nos define em ‘Arguments’ é essa falta de receio no que diz respeito ao negativo: é o reconhecimento do princípio de uma crítica sem limites nem fronteiras. (MORIN. 2003. p. 57)

A concepção de mudança apontada nos remete ao esforço de entender a educação como uma outra forma de provocar mudanças e transformações. Essa concepção tem como princípio a construção constante do ser humano. Nunca estamos prontos, por isso, estamos em constante mudança. Para que a educação seja efetiva é preciso que a escola acompanhe esses processos de construção da humanidade.

Podemos apontar vários processos de mudanças que ocorrem na sociedade, afirma Morin. Mudança da pessoa, que diz respeito a atitudes, que leva a sensação de alteridade, essa sensação se dá em função da interatividade com o outro. Mudanças técnicas dizem respeito às novas maneiras de intervenção humana na transformação da natureza. Mudança social diz respeito às estruturas e significação sociais aos sistemas coletivos e sistemas de valores. Mudança educativa seria um efeito ou estaria na origem da mudança social.

Como vimos, a mudança é retroativa e ao mesmo tempo pro-ativa. Geralmente, o primeiro efeito é a resistência a ela, essa etapa é importante e tem efeitos positivos para que ocorra a mudança. A resistência representa uma condição de renúncia, significa que a pessoa não se apropria da mudança para transformar-se em algo que é possível, ela passa por certo estranhamento e critica o que observa.

Na concepção de Morin o pensamento das crianças é, de certa forma, sistêmico e a escola o transforma em cientificista, dividindo-o, facetando-o e racionalizando-o. Tirando as possibilidades de imaginação e capacitando somente para aquilo que o paradigma da modernidade aceita. Dessa forma, não cabe na escola a criação, a imaginação e consequentemente a vida. A escola se distancia da realidade à medida que a racionaliza, tirando dela a complexidade e explicando cada detalhe em sua especificidade.

Morin defende a elaboração de um programa interrogativo para escola de Ensino Fundamental, pois a compreensão do homem só se dará a partir de infinitas interrogações. “Aprender a aprender” é aprender separando e juntando ao mesmo tempo, analisando e sintetizando ao considerar as coisas e as causas. Passar a ver os objetos não como coisas fechadas em si mesmas, mas como sistemas abertos, ultrapassando a causalidade linear e apreendendo a causalidade múltipla, inter-relacionada, retroativa e recursiva. É compreender o desafio da complexidade que nos vem de todos os campos:

Esse modo de pensar necessita da integração do observador em sua observação, ou seja, o exame de si, a auto-análise, a autocrítica. O auto-exame deveria ser ensinado desde e durante o primário: seria especialmente estudado como os erros e deformações podem sobreviver nos testemunhos mais sinceros ou convictos; a maneira como o espírito oculta os fatos que atrapalham sua visão do mundo; como a visão das coisas dependem menos das informações recebidas do que da forma como é estruturado o modo de pensar. (MORIN. 2003. p. 153)

Assim o autor apresenta o diálogo com o método mais eficaz na construção da autocrítica, afirma que ele pode contribuir na formação de pessoas abertas a compreender os outros e as outras formas de conceber a realidade. A educação que prioriza o diálogo oportuniza aos seus sujeitos a estruturação das informações de forma diversificada, favorecendo, assim, a aprendizagem complexa pelo incentivo à imaginação e à criatividade.

Morin compreende a postura do professor como integradora e desintegradora do conhecimento ao mesmo tempo. Imbuída de uma nova concepção de cultura essa postura se coloca como inovadora proporcionando uma outra dimensão de educação.

A mudança, apesar de ser constante, necessita de ser instigada, o que não garante que todos que foram instigados mudem na mesma direção. Em se tratando de educação parece-nos que as coisas ficam mais perigosas e as garantias são menores. São riscos que devemos correr e, como educadores, não temos o direito de privar nossos alunos de querer se arriscarem.

Aprender como Processo

A escola não pode ser dividida em departamentos estanques, pois o pedagógico é administrativo e vice-versa. A organização não pode perder o todo nem cada indivíduo, por isso é na instância do diálogo que existe o risco do outro aprender. Ela é que sustentará a

proposta educacional democrática. Na democracia, se oferece as condições para que o outro concorde ou discorde, argumente, construa e desconstrua produzindo conhecimentos.

O processo democrático traz em seu bojo a contradição dialética. Ao mesmo tempo em que requer opiniões que se confrontem, ou seja, co-ideologias, o que implica diversidade das opiniões, se faz de uma maneira particular, canaliza os conflitos para que eles se expressem por meio de discursos, artigos, textos, isto é, por meio da palavra e não de golpes e de armas. A democracia é de fato, uma máquina bastante complexa capaz de tornar os conflitos produtivos.

Morin afirma que a intolerância daquelas ideias que muitas vezes nos parecem insuportáveis, significa, na verdade, uma resistência a nós mesmos, um sofrimento, pois nós nos impedimos de eliminar o adversário, o que faz parte da regra do jogo democrático. Dessa maneira, o processo democrático traz consigo um processo pedagógico que nos ensina a aprender com as diferenças e a nos desafiar diante do insuportável.

É preciso restaurar a escola para que haja uma gestão diferente desta que costumamos ver. É preciso pensar outra didática, outra relação pedagógica. Quando se pensa nessa perspectiva do diálogo estamos nos posicionando contra o espontaneísmo, pensamos numa educação de sujeitos atuantes, críticos e transformadores.

Portanto, pode-se considerar a educação como intrinsecamente política numa dupla dimensão: por um lado, é por meio da educação, entendida como atualização histórico-cultural, que o homem se constrói em sua historicidade, que por sua vez, traz inclusa a dimensão política e, por outro lado, a educação, fundada na aceitação de outro como legítimo sujeito, apresenta-se como realização da convivência pacífica e cooperativa que nega a dominação e trabalha em favor da democracia.

A forma democrática assume o outro como sujeito entre os componentes dos modos de aprender. Em uma educação democrática o método é conteúdo, por isso, o diálogo supõe a conversa entre os sujeitos envolvidos – educando e educador. Nessa relação se exerce e se aprende a colaboração, ao mesmo tempo, em que se aprende e se exerce o político como democracia. A colaboração entre grupos e pessoas é essencial à convivência pacífica, à solidariedade e ao desenvolvimento da sociedade. É pela educação como prática democrática que se constrói o ser político e se concorre para uma sociedade mais cooperativa e mais digna de ser compartilhada.

A reforma do pensamento, proposta por Morin, está embasada no reaprender a religar. O pensamento ocidental e cientificista nos ensinou a separar os elementos da realidade para apreendê-los, mas não nos ensinou a uni-los novamente. Podemos isolar os elementos que constituem a realidade, mas não podemos desligar uns dos outros. “... De alguma forma, as coisas separadas são ligadas e as coisas ligadas são igualmente, de um certo modo, distintas.” (MORIN. 2003. p. 51). Embora esse pensamento aponte para uma contradição interna, ele se coloca como um pensamento complexo que procura estabelecer uma relação universal dentro de um círculo completo e por isso vivo. Morin argumenta que esse tipo de pensamento é próprio do humano e impróprio para as máquinas, pois o ser humano suporta a desordem enquanto que a máquina a repudia. Assim, para ele, buscar o pensamento

complexo é humanizar a terra.

A partir desta concepção é que precisamos pensar as ações humanas dentro de um todo, elas não estão isoladas e suas conseqüências interferem na complexidade. É neste sentido que a ética passa a exercer um papel fundamental no processo de aprendizagem. Os valores estáticos pedem seu sentido e clamam por uma reflexão constante em torno das ações humanas.

Por Uma Ética da Responsabilidade

As éticas tradicionais geralmente estavam integradas a uma comunidade religiosa, familiar ou cívica. Assim, seus valores se tornam bastantes evidentes e interiorizados pelos indivíduos que as vivenciavam. Na atualidade, percebemos uma desintegração dos valores nucleares e a dissolução dos vínculos de parentesco, como conseqüência, a desintegração de tais éticas. Dessa forma, hoje é imprescindível uma educação que priorize uma nova ética que traga em seu bojo as incertezas:

Hoje, o verdadeiro problema é que nós devemos estar conscientes de que o imperativo ético existe em nós, mas que ele vai encontrar um outro que é não menos forte: será preciso escolher, quer dizer, assumir um risco. Isto constitui o problema das contradições éticas. (MORIN. 2003. p. 43)

Quando nos pautamos por uma vivência democrática, conseqüentemente nos deparamos com questões éticas. A vivência político-democrática requer a formação da consciência do cidadão. Assim, o conceito de pessoa se faz presente e com ele todas as características que lhes são próprias. A pessoa, ou o sujeito ético, é aquele cidadão que age conscientemente, sem pressões externas ou internas, tem capacidade para deliberar suas vontades e liberdade de ação. Assim, torna-se responsável pelos seus atos.

Embora pareça simples, não é tão fácil encontrar um cidadão com todas as características descritas acima. São muitos os fatores que contribuem para que tal cidadão não se forme autonomamente no seio da sociedade. A educação tradicional seja ela escolar ou informal, tem grande parcela de culpa nessa defasagem. Na maioria das vezes, forma-se o indivíduo para dependência e não para a liberdade. Assumir a liberdade é algo muito arriscado. Alguns dirão que é muito perigoso, mas é um perigo que não podemos deixar de correr. O risco da liberdade é o de assumir uma incerteza quanto aos resultados de nossas ações. Assim, precisamos de certo cuidado e um bom discernimento para não nos tornarmos inconseqüentes.

A formação desse tipo de cidadão exige a construção de uma auto-ética. Conceito que, segundo Morin, implica na construção da autocrítica:

Isto significa que é absolutamente necessário à auto-ética um trabalho constante de auto conhecimento, de auto-elucidação e, eu diria mesmo, de autocrítica.(...) Eis aí o longo caminho, o difícil caminho que nós devemos percorrer. A auto-ética não nos é dada. Precisamos construí-la, e eu penso que este problema de construção implica um problema de educação fundamental, talvez desde o início da escolaridade... (MORIN. 2003. p. 44)

A construção da auto-ética implica em todo processo de ensino e aprendizagem. É uma ação que envolve política educacional, opção pela democracia e um outro olhar sobre os indivíduos que compõem a sociedade na qual nos situamos.

O autoconhecimento só se dá a partir do momento em que o sujeito tem confiança no grupo em que ele convive para se colocar, sem máscaras, num diálogo aberto e respeitoso. É nesta perspectiva que a auto-elucidação e a autocrítica se constroem. Assim, a escola tem um importantíssimo papel na construção da ética voltada para valores universais, sem perder a singularidade dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

Morin não concebe o **indivíduo**, a **sociedade** e a **espécie** como entidades distintas, mas em sua concepção elas são inseparáveis e co-produtoras umas das outras, cada um dos termos é, ao mesmo tempo, meio e fim uns dos outros. Por isso, ele propõe uma ética do gênero humano, concebida como “antropo-ética”. Tal ética supõe a decisão de assumir a complexidade da condição humana, buscando a compreensão da humanidade na consciência de cada ser, assumindo o destino humano em suas antinomias:

A antropo-ética compreende, assim, a esperança na completude da humanidade, como consciência e cidadania planetária. Compreende, por conseguinte, como toda ética, aspiração e vontade, mas também aposta no incerto. Ela é consciência individual além da individualidade. (MORIN. 2002. p 106)

A responsabilidade dos sujeitos éticos deixa de se pautar no plano individual para ser instaurada no plano da humanidade, que se torna, assim, uma comunidade de destino e somente a consciência dessa comunidade pode nos conduzir a uma comunidade de vida. Assim, a humanidade passa a ser concebida como um princípio ético: “é o que deve ser realizado por todos em cada um.” (MORIN. 2002. p. 114)

Aqui compreendemos a concepção de direitos humanos em sua amplitude e complexidade de conceitos. Ao refletir sobre as práticas educativas, nos diferentes níveis e modalidades, se faz necessário, ainda que de forma breve, tecer uma análise crítica sobre a construção social desses alunos enquanto sujeitos de direitos, pois na maioria das vezes as pessoas são tratadas como objeto e não como sujeitos de direitos humanos

De acordo com Santos (2013. p.42): “A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos.” Isso pode ser identificado nos projetos pedagógicos das escolas que, em sua maioria, apresentam um discurso maravilhoso, mas que na prática não tratam os estudantes e a comunidade, na qual está inserida, como sujeitos do processo de construção do conhecimento. Assim, não basta falar de direitos humanos se as práticas pedagógicas não refletem estes direitos.

Um dos agravantes nesta ruptura entre conteúdos a serem ensinados e contexto social está nas diferenças culturais entre docentes e educandos. Muitas vezes essas diferenças se estabelecem como desrespeito aos direitos fundamentais, no qual uma cultura se sobrepõe sobre outra. Na concepção de cultura de paz e de Direitos humanos não há cultura maior, ou melhor, existe, sim, a necessidade de valorização e respeito entre as diferentes manifestações. Assim, o docente que se propõe uma prática pedagógica nestes termos

precisa despir-se de seus preconceitos e abrir-se para um mundo de diversidade no qual cada um é respeitado e valorizado naquilo que é. Tarefa difícil e desafiante, mas imprescindível para os que almejam a cultura da paz.

Na perspectiva da antro-po-ética os direitos humanos se manifestam em ações práticas e não em discursos esvaziados. Respeitar o educando como sujeito de sua aprendizagem é um exercício docente diário que passa pelo cuidado com as ações pedagógicas. No diálogo constante é que se torna possível o exercício do respeito à diversidade. Quando sabemos o que o outro pensa e damos espaço e segurança para que ele se coloque é que compreendemos suas necessidades, assim podemos respeitá-los em sua singularidade e valorizá-lo como sujeito de direitos.

Neste sentido concordamos com Morin quando afirma que somente com as mudanças de cunho político, com a reforma do pensamento e com a antro-po-ética é que se torna possível o verdadeiro humanismo, que nada mais é do que a busca da “hominização” na humanização por meio da consciência da comunidade planetária.

O autor não garante que com isso os problemas da humanidade estariam solucionados, mas aponta que, embora a barbárie e a ameaça de autodestruição estejam sempre presentes, a antro-po-ética pode se colocar como uma melhora possível.

Considerações Finais

Essa visão de complexidade exige uma nova ação educativa, não apenas uma reforma no pensamento educacional, mas uma mudança de paradigmas. É isso que entendemos como apelo por uma educação reflexiva que contrarie a educação tradicional. Uma escola na qual os conhecimentos sejam flexíveis e convivam com as diferentes formas de pensar e ser, que proporcione a formação de cidadãos capazes de viver na complexidade de relações que a sociedade, cada vez mais, está exigindo. Isso é o que se busca com a razoabilidade, que é composta por razão e sensibilidade. Só assim haverá respeito pelos direitos humanos e poderemos almejar uma cultura da paz.

Ao mesclar razão e sensibilidade apontamos para a necessidade de não se racionalizar tudo. Isso porque muitas coisas fogem aos critérios da lógica. Assim, o pensar complexo deve levar em consideração vários pontos de vista, deve favorecer múltiplas soluções no lugar de convergir para soluções únicas. Este pensar compreende, também, o julgamento sutil, ou seja, pretende-se que ele seja convincente, aplique critérios múltiplos e que, às vezes, são conflitantes entre si. Neste sentido, o pensamento complexo compreende a incerteza como uma característica forte. Ao mesmo tempo, exige do indivíduo uma capacidade de auto-regulação e autonomia.

Ao pensar a escola como formadora do pensamento crítico deve-se compreendê-la na perspectiva da complexidade. Uma das características do pensar crítico é perceber a verdade no ponto de vista daquele que apresenta uma ideia contrária à que você defende. Para que isso seja possível é necessário que o sujeito seja capaz de pensar “multilógica e dialógicamente”. O que representa uma luta contra o estreitamento da mente, contra os preconceitos, a “egocentricidade” e o “auto-engano”. Se isso for exercitado no ambiente

escolar, dentro de um processo educativo, estaremos contribuindo para formação de um cidadão capaz de conviver com a complexidade que a atualidade nos apresenta. Esta prática pode ser favorecida pela capacidade de elaborar julgamentos precisos e coerentes. Ela ajuda na redução dos preconceitos, leva o aluno a sentir o contexto e procura estabelecer relações entre parte/todo e vice e versa.

No que tange à questão do conhecimento, vale afirmar que conhecemos somente aquilo que nos é significativo. Dessa maneira, cabe à escola proporcionar ambientes de aprendizagem para que o aluno construa seu conhecimento, pois o significado não é dado, é construído pelo sujeito. Essa construção ocorre na busca, na investigação, daquilo que o intriga, assim, conhecer é compreender as relações entre as coisas e conseguir defini-las. É o que para Morin é compreende como “pensamento sistêmico”, é um tipo de aprendizagem investigativa, em que a compreensão se dá numa complexidade de relações entrelaçadas por uma rede de conhecimentos na qual o indivíduo está envolvido.

Essa visão de conhecimento nos remete a uma outra concepção de professor, que deixa de ser aquele especialista que “sabe tudo” e passa a ser um mediador do conhecimento. Nessa concepção, mais de que afirmar, ou ter certezas sobre os conhecimentos, o professor precisa ser contagiado, por aquilo que Morin denominou, **princípio da incerteza**. Para que isso seja possível, é preciso que o professor esteja aberto às mudanças e transformações vigentes. Acreditamos que hoje não é mais possível conceber uma educação estática, pois a realidade está em processo de mudança acelerada e com isso todas as coisas se transformam. Faz-se necessário contagiar o ambiente escolar com este espírito de abertura e mudança.

Uma proposta inovadora na educação é aquela que encontrar a forma de abrir, em sala de aula, uma dimensão inovadora na qual os alunos encontrem liberdade de expressão. Associando as oportunidades de falar, ouvir e criar conjuntamente com os mais diferentes espíritos que se cruzam nesse contexto. É uma proposta que permite o diálogo entre os vários tipos de produção de conhecimento que a humanidade elaborou. Tornando possível relacionar a filosofia, a literatura, as artes plásticas e as mais variadas formas de produção humana. É nessa concepção que compreendemos a afirmação de Morin que o método não se separa do conteúdo e vice-versa.

Obviamente, a auto-ética não ocorre de uma hora para outra, ela é decorrente de uma prática que deve acontecer desde os primeiros anos escolares e durante todo o processo de escolarização. Em consonância com as orientações sobre a ética ser um tema que transita por todos os componentes curriculares, pensamos que as discussões sobre justiça, diálogo, solidariedade e respeito mútuo contribuem para elaboração de uma consciência aberta à construção da auto-ética. Independentemente da idade escolar, as crianças vivenciam situações em que estes problemas éticos se apresentam. São nestes momentos que o educador não pode deixar de trazer à tona o conflito para que ele possa ser discutido com os membros da sala. É no processo de discussão, uma vez que as crianças já dominam a linguagem, que elas vão tomando consciência de que suas atitudes interferem na vida dos outros. Com essa consciência a autocrítica vai sendo aguçada e as ações vão exigindo um pensar melhor elaborado. A auto-crítica surge, então, da disposição de abertura para ouvir o

outro e a si mesmo, este processo só se torna possível por meio do diálogo. Assim o método dialógico já se apresenta como uma postura ética na construção da auto-ética.

Neste sentido, acreditamos que depende do professor a condução das investigações para que elas possam alcançar uma qualidade substantiva. Quando o professor faz com que seus alunos percebam diferentes pressupostos, analisem conceitos distintos e elaborem critérios de argumentação, ele proporciona uma sistematização do conhecimento, separando e juntando, analisando e sintetizando-o em busca de considerar as coisas em suas relações, percebendo a parte no todo e o todo em cada uma das partes. Por isso esta teoria apresenta uma proposta que seja transdisciplinar, que supere o rigoroso e excessivo corpo de princípios de cada área da ciência para que o conhecimento seja descontrolado e integrado.

A ética encontrada neste tipo de proposta inovadora utiliza-se de uma razão que busca a razoabilidade, o que pressupõe uma consciência formada no grupo que investiga conjuntamente. Morin chama de auto-ética, aquela prática que se dá num trabalho constante de auto-conhecimento. A sala de aula é um espaço privilegiado de formação ética, pelo fato de se instalar como uma micro sociedade que, de certa forma, representa a sociedade como um todo, pois temos representado ali vários credos, posturas, valores e culturas que, quando encontram espaço se manifestam como diversidade.

Assim, compreendemos que essa proposta de educação para a complexidade, além de trabalhar com os conteúdos de ética, contribui com a formação da auto-ética quando se coloca como espaço de discussão dos valores pessoais se pautando pela construção de uma consciência dos valores universais. Quando deixa de ser unilateral e passa a respeitar a todos com equidade. O respeito às opiniões de cada um se expande para o respeito pela humanidade, e conseqüentemente pelos direitos humanos, sem separar o indivíduo da espécie e os dois dentro de um contexto mais amplo que é o planeta. Nesta perspectiva os direitos humanos se universalizam numa prática de globalização anti-hegemônica (SOUZA SANTOS E CHAUI. 2013).

Referências

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 2000.

_____. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 2000.

_____. **Meus Demônios**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 2000.

_____. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO. 2002.

_____. **Ética, Cultura e Educação**. Alfredo Pena-Veiga, Cleide R. S. de Almeida e Izabel Petrágia (orgs.). São Paulo: Cortez. 2003.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Poro Alegre. Sulina. 2011.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento. 1998.

_____. e CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez. 2013.